



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

**Escola de Comunicação e Artes Departamento de
Ciência da Informação Curso de Licenciatura em
Arquivística**

MONOGRAFIA

Tema:

**O PAPEL DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE NA PRESERVAÇÃO
DE DOCUMENTOS E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLECTIVA**

Estudante

Arlete Joanete Pelembe

Maputo, Abril de 2025

Escola de Comunicação e Artes
Departamento de Ciência da Informação
Curso de Licenciatura em Arquivística

Monografia

Tema:

**O PAPEL DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE NA
PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA
COLECTIVA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Arquivística da Escola de Comunicações e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Arquivística.

Estudante: Arlete Joanete Pelembe

Supervisor: Mestre Fátima Juma Domingos Pais

Maputo, Abril de 2025

Escola Comunicação e Artes

Curso de Licenciatura em Arquivística

**O PAPEL DO ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE NA
PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA
COLECTIVA**

Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências da
Informação da Escola de Comunicação
e Artes, como requisito parcial
Arquivística.

Estudante: Arlete Joanete Pelembe

Supervisor: Mestre Fátima Juma Domingos Pais

Maputo, Abril de 2025

JÚRI

Presidente:

ECA

Supervisora:

Mestre Fátima Juma Domingos Pais

Oponente:

ECA

Escola de Comunicação e Artes

Maputo, Abril de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, especialmente aos meus pais, pelo apoio incondicional oferecido durante toda a minha jornada estudantil. Agradeço, sobretudo, pelo suporte moral constante nos momentos difíceis, quando senti insegurança e até pensei em desistir, mas recebi deles o incentivo necessário para continuar.

De modo muito especial, dedico esta conquista à minha mãe, Joaneta Pelembe, que mesmo não tendo tido a oportunidade de frequentar uma escola, sempre nutriu o sonho e o desejo de ver-me formada. Tenho a convicção de que hoje me tornei motivo de seu maior orgulho, pois posso afirmar com satisfação que tudo aquilo que ela sonhou e pediu para minha vida acadêmica foi plenamente alcançado. Senhora Joaneta Pelembe, esta conquista também é sua.

Dedico ainda este trabalho à minha filha, com o desejo sincero de que um dia ela se orgulhe de mim e encontre nesta vitória o exemplo e a inspiração necessários para também alcançar a sua formação.

Por fim, estendo minha gratidão às demais pessoas que torceram, direta ou indiretamente, contribuindo para que este sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço profundamente a Deus pelo dom da vida, pela saúde e pela proteção que me concedeu, permitindo que eu chegasse até esta etapa tão importante da minha vida.

Manifesto o meu profundo agradecimento à minha supervisora, Mestre Fátima Pais, pela sua dedicação incansável, pelas prestigiosas contribuições académicas e pelo apoio constante na condução e materialização deste trabalho.

Aos meus docentes, expresso igualmente a minha gratidão pelos ensinamentos, conselhos e observações práticas e teóricas transmitidas ao longo do curso, que contribuíram significativamente para o meu crescimento profissional e intelectual.

Agradeço de coração aos meus colegas de turma pelo apoio incondicional, especialmente durante o período desafiador da minha gestação até ao pós-parto. O carinho, compreensão e suporte recebidos foram fundamentais para a continuidade dos meus estudos. Um agradecimento muito especial ao chefe de turma, Josias, pela sua ajuda sempre gentil e paciente, sobretudo pela disponibilidade constante em oferecer-me boleia para casa sem nunca reclamar.

Ao meu grupo de estudos, Fausia, Alberto Vembane e Hortência, deixo a minha mais sincera gratidão por serem verdadeiros pilares durante toda esta trajetória académica. Cada um de vocês, à sua maneira, contribuiu decisivamente para a conclusão deste curso, tornando possível esta importante conquista. Obrigada pela atenção, amizade e exemplo.

Agradeço também ao Mussa pelo suporte moral e pelas noites em que me fez companhia, apoiando-me na execução dos trabalhos académicos. Sua ajuda foi essencial, sobretudo no início desta caminhada académica.

À minha ex-patroa, agradeço pela compreensão e por todas as vezes em que generosamente cedeu tempo para que eu pudesse tratar de assuntos relacionados à faculdade.

Ao Senhor Rogério Sebastião Chigodze, Chefe de Repartição de Conservação e Restauro, agradeço pela disponibilidade em conceder-me a entrevista e permitir o acesso às informações essenciais para a realização desta pesquisa junto ao Departamento de Arquivos Permanentes.

Por fim, estendo os meus agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estiveram presentes e prestaram apoio nas mais diversas questões relacionadas à minha formação académica. A todos vós, a minha sincera gratidão.

RESUMO

Este estudo aborda a preservação documental e a construção da memória coletiva e institucional no contexto do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). Considerando a importância estratégica dos arquivos para a manutenção da identidade histórica e cultural das nações, buscou-se analisar como as práticas arquivísticas do AHM têm contribuído para a preservação e a gestão eficiente dos seus acervos documentais. Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório-descritivo, utilizando procedimentos bibliográficos e documentais, complementados por entrevistas semiestruturadas com técnicos diretamente envolvidos na gestão documental. Os resultados revelaram que o AHM enfrenta desafios significativos, decorrentes da ausência de uma política nacional específica de preservação documental, limitações estruturais e administrativas, além de dificuldades financeiras e técnicas, o que compromete a sua capacidade de preservação e recuperação efetiva da informação arquivística. Concluiu-se que a ausência de políticas e estratégias claramente definidas tem resultado em fragilidades na preservação da memória institucional, exigindo intervenção imediata. Recomenda-se, portanto, a elaboração e implementação de uma política nacional sistemática de preservação documental, maior autonomia financeira e administrativa para o AHM, investimento em infraestruturas especializadas e capacitação contínua dos profissionais, visando assegurar a longevidade e a acessibilidade das informações documentais e, conseqüentemente, fortalecer a construção da memória coletiva e institucional moçambicana.

Palavras-chave: Arquivo, Instituições Arquivísticas, preservação documental e Memória Colectiva

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
SUMÁRIO	vi
I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problematização	2
1.2 Objetivos	5
1.3 Justificativa	6
2. QUADRO TEORICO E CONCEITURAL.....	9
2.1 Arquivo na Construção da Memória Coletiva.....	9
2.2 Instituições Arquivísticas.....	13
2.3 Preservação Documental.....	16
2.4 Memória Coletiva e Institucional.....	19
3. METODOLOGIA	23
3.1 Quanto à abordagem.....	23
3.2 Quanto ao tipo de pesquisa	23
3.3 Quanto aos procedimentos.....	24
3.4 Quanto ao método de coleta de dados.....	24
3.5 Quanto ao método de análise de dados	25
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO.....	26
4.1 Preservação e Memória como Elementos de Relação, tendo em conta o Processo Evolutivo do AHM.....	26
4.2 Estado de preservação do acervo arquivístico patente no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM).....	29
5.3 O Campo de Acção do AHM enquanto Instituição Arquivística na Preservação e Construção da Memória Coletiva	32
5.4 Estado da Legislação e Política de Preservação de Documentos	36
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	41
5.1 Conclusões.....	41
5.2 Recomendações.....	42
6. REFERÊNCIAS.....	45
7. ANEXOS.....	48
7.1 Instrumentos de Coleta de Dados	49

I. INTRODUÇÃO

A preservação e construção memorial dos registos escritos inauguram-se à partir das unidades de informação, onde destacam-se arquivos como objecto físico e a preservação de documentos como acção de preservar, evitando perdas de informação da história da instituição.

A preservação e conservação de documentos se reveste de suma importância para a conservação do património arquivístico e cultural de um país, constituindo uma mais-valia para a conservação da integridade dos conjuntos documentais. Olhando para este entendimento, subentende-se que esta se revela crucial para a memória e institucional e só a partir da conservação e preservação em instituições arquivísticas se pode construir uma memória colectiva.

Este trabalho tem como tema principal o papel desempenhado pelo Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) na preservação documental e na construção da memória coletiva. Em um contexto em que a memória histórica e cultural enfrenta desafios significativos devido à ausência de políticas nacionais consistentes e limitações estruturais e financeiras, torna-se essencial compreender como instituições arquivísticas públicas, como o AHM, atuam para proteger e perpetuar o patrimônio documental e cultural do país. A análise aqui apresentada busca contribuir para uma maior conscientização sobre a importância dos arquivos e propor caminhos que fortaleçam a gestão e preservação documental em Moçambique.

A presente monografia está organizada em cinco capítulos. Após esta introdução, o Capítulo II apresenta o referencial teórico que fundamenta o estudo, abordando conceitos fundamentais sobre arquivo, instituições arquivísticas, preservação documental e memória coletiva. O Capítulo III descreve detalhadamente a metodologia utilizada na pesquisa, destacando os métodos qualitativos, procedimentos de coleta e análise dos dados.

No Capítulo IV, são apresentados e discutidos os resultados empíricos obtidos por meio das entrevistas realizadas no Arquivo Histórico de Moçambique, confrontando-os com a literatura revisada. Finalmente, o Capítulo V traz as considerações finais, destacando as principais conclusões da pesquisa, limitações encontradas e recomendações práticas e acadêmicas.

1.1 Problematização

A preservação dos documentos e a construção da memória coletiva têm nos arquivos um papel fundamental, destacando-se enquanto instrumentos essenciais para a salvaguarda do patrimônio histórico e cultural de uma nação. Segundo Couture e Rousseau (1998), a criação dos arquivos públicos remonta à Revolução Francesa em 1789, quando o Estado assumiu oficialmente a responsabilidade pela preservação e pelo acesso público aos documentos. Neste contexto, surgem instituições arquivísticas com a função não apenas administrativa, mas também cultural e histórica, fundamentais para garantir o acesso e o uso adequado da memória coletiva.

Em Moçambique, a institucionalização dos arquivos públicos inicia-se com a criação do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), primeira instituição arquivística pública, através da Portaria nº 2.267, de 27 de Junho de 1934, objetivando centralizar os documentos existentes e preservar a memória histórica do país (Nharreluga, 2014). Contudo, a ausência de uma política nacional clara de preservação documental e os constantes desafios financeiros

e estruturais enfrentados pelas instituições arquivísticas moçambicanas têm colocado em risco a conservação efetiva desses documentos e, conseqüentemente, a construção da memória coletiva (Silva, 2012; Ribeiro, 2014).

A preservação documental desempenha um papel vital para a construção e manutenção da memória coletiva e institucional, particularmente em contextos onde a documentação enfrenta riscos constantes. Neste cenário, o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) surge como uma instituição arquivística crucial, mas que enfrenta desafios significativos devido à ausência de uma política nacional de preservação documental, limitando sua atuação e ameaçando o patrimônio arquivístico nacional (Nharreluga, 2014).

Diversos autores concordam sobre a importância estratégica dos arquivos para a preservação da memória histórica. Le Goff (2013) destaca que a memória coletiva está diretamente ligada à preservação dos documentos históricos, ressaltando que a ausência de políticas claras de preservação coloca em risco a continuidade histórica e a identidade cultural das sociedades. Jardim (1995) corrobora essa visão ao enfatizar a associação entre arquivos e memória, defendendo que a memória conservada constitui a base essencial da atividade humana.

Contudo, conforme apontado por Ribeiro (2014), muitos arquivos públicos enfrentam desafios práticos significativos, incluindo limitações financeiras e estruturais que comprometem suas capacidades de conservação e preservação documental. No contexto moçambicano, esses desafios são exacerbados pela ausência de uma legislação nacional robusta que regule e apoie essas atividades de forma eficaz, resultando em uma preservação documental precária e instável (Silva, 2012).

Segundo Cassares (2000), a preservação documental envolve estratégias administrativas, políticas e operacionais que garantem a integridade e longevidade dos documentos históricos. No entanto, a aplicação dessas estratégias exige recursos adequados e autonomia institucional, condições frequentemente ausentes em contextos como o do AHM, que enfrenta limitações estruturais decorrentes da sua subordinação administrativa e falta de orçamento próprio (Nharreluga, 2014).

Por outro lado, a literatura destaca que a memória institucional depende não apenas da preservação física dos documentos, mas também da adequada gestão documental que possibilite o acesso e uso eficiente das informações (Rodrigues, 2006). No entanto, o AHM enfrenta dificuldades específicas relacionadas à gestão documental devido à ausência de políticas claras que regulamentem o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até a preservação permanente (Ribeiro, 2014).

As consequências práticas desses desafios são evidentes na fragilidade da memória coletiva, que segundo Gutierrez (2017), requer ações sistemáticas de preservação para garantir que a informação permaneça acessível às futuras gerações. A ausência de políticas eficazes prejudica significativamente a capacidade do AHM de exercer plenamente seu papel como guardião da memória coletiva moçambicana, comprometendo assim sua missão institucional (Nharreluga, 2014).

Diante desses aspectos, este estudo busca compreender como o Arquivo Histórico de Moçambique pode superar esses desafios para desempenhar um papel mais efetivo na preservação documental e construção da memória coletiva. Esta investigação torna-se ainda mais relevante ao propor contribuições práticas para a criação de políticas públicas efetivas e o

fortalecimento institucional necessário à preservação e construção da memória nacional (Nharreluga, 2014; Silva, 2012).

A ausência de uma política nacional consistente para preservação documental em Moçambique, somada à fragilidade estrutural e financeira das instituições arquivísticas públicas, constitui um problema crítico que ameaça a integridade dos documentos históricos e a construção da memória coletiva. Partindo desta constatação, questiona-se:

Qual é o contributo da preservação documental realizada pelo Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) na construção da memória coletiva?

1.2 Objetivos

Geral:

- Analisar o papel desempenhado pelo Arquivo Histórico de Moçambique na preservação dos documentos e suas implicações para a construção da memória coletiva e institucional.

Específicos:

- a) Compreender a relação entre preservação documental e construção da memória coletiva, considerando o desenvolvimento histórico e institucional do Arquivo Histórico de Moçambique;

- b) Descrever o estado atual da preservação do acervo documental no Arquivo Histórico de Moçambique;
- c) Identificar as ações desenvolvidas pelo AHM que contribuem para a preservação documental e para a construção da memória coletiva.).

1.3 Justificativa

De forma singela, acreditamos que os resultados desta pesquisa poderão suscitar debates importantes na área de estudos sobre a arquivística, contribuindo significativamente para a reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pelo Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e outras instituições similares. A nível social, espera-se que a instituição alvo deste estudo utilize os resultados aqui obtidos como ferramenta para proporcionar mudanças substanciais que garantam a conservação e preservação plena dos documentos, contribuindo efetivamente para a construção e fortalecimento da memória coletiva e institucional. O conjunto de vantagens discutidas neste trabalho contribuirá para o exercício da cidadania por parte da sociedade moçambicana e para a afirmação da identidade nacional.

Assim, a relevância deste estudo justifica-se pela necessidade urgente de consolidar uma política de preservação documental que permita a Moçambique proteger efetivamente seu patrimônio histórico e cultural. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam sensibilizar gestores públicos e sociedade civil sobre a importância dos arquivos, promovendo melhorias concretas na gestão documental e na conservação dos documentos históricos.

Ademais, este estudo contribui para a literatura da área ao proporcionar uma análise empírica sobre os desafios específicos enfrentados por instituições arquivísticas em contextos de recursos limitados, como é o caso moçambicano. Desse modo, acredita-se que a investigação ajudará na formulação de políticas públicas mais eficazes, fortalecendo práticas de preservação documental e contribuindo diretamente para a construção e fortalecimento da memória coletiva e institucional do país.

Sob uma abordagem científica, este estudo servirá como base para o desenvolvimento de novos estudos que aprofundem o tema da preservação documental e memória coletiva. Este trabalho será especialmente relevante para a comunidade acadêmica, proporcionando subsídios valiosos para futuras pesquisas e contribuindo para quebrar paradigmas e ampliar o entendimento sobre o papel estratégico dos arquivos.

Adicionalmente, espera-se que os resultados desta investigação possam conscientizar as instituições sobre a necessidade urgente de desenhar planos de intervenção efetivos e implementar ferramentas adequadas para melhorar as práticas de preservação documental. Neste sentido, acredita-se que esta pesquisa fornecerá elementos essenciais para subsidiar o arcabouço legal, ajudando a encontrar soluções práticas e sustentáveis para reduzir o caos documental atualmente enfrentado na administração pública moçambicana.

A pesquisa na área de Ciência da Informação, especificamente no ramo da arquivística, assume extrema relevância ao contribuir significativamente para o desenvolvimento profissional dos colaboradores envolvidos com a gestão documental. Ao tratar sobre preservação documental e construção da memória institucional, este estudo oferece uma fundamentação teórica e prática robusta, estimulando o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais

essenciais aos profissionais do setor. Além disso, este trabalho abrirá oportunidades para que estudantes e pesquisadores adquiram novos conhecimentos sobre as melhores práticas na área, contribuindo diretamente para a formação de profissionais mais capacitados e preparados para enfrentar os desafios que se impõem aos setores de gestão documental e preservação da memória institucional.

2. QUADRO TEÓRICO E CONCEITUAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar os fundamentos teóricos necessários à compreensão do papel dos arquivos na preservação documental e na construção da memória coletiva e institucional. Para tanto, serão discutidos conceitos-chave como arquivo, instituição arquivística, preservação e memória coletiva. Para cada conceito, as contribuições dos principais autores citados serão brevemente introduzidas, comparadas e contrastadas. Em resumo, o referencial teórico evidencia claramente a inter-relação entre arquivo, instituição arquivística, preservação documental e memória coletiva. Enquanto os autores discutem de formas variadas os conceitos fundamentais, todos concordam sobre a importância estratégica dos arquivos para a preservação da memória histórica e coletiva, destacando desafios como a necessidade de políticas claras e efetivas para garantir a continuidade e o acesso à informação ao longo do tempo. Assim, este capítulo fornece uma base sólida para a análise empírica proposta nesta pesquisa.

2.1 Arquivo na Construção da Memória Coletiva

Os arquivos têm uma relação histórica com a evolução da escrita e das civilizações. A origem dos arquivos remonta às antigas civilizações do Médio Oriente, particularmente ao povo sumério, que desenvolveu a escrita cuneiforme há mais de cinco mil anos. Segundo Le Goff (2013), os arquivos são espaços essenciais para conservar memórias únicas e histórias vividas que perpetuam as lembranças através de documentos que servem como herança do passado. A contribuição central deste autor reside em destacar que a memória histórica pode ser transmitida tanto por documentos escritos como por narrativas orais ou materiais.

Segundo Le Goff (2013), os arquivos representam locais privilegiados de preservação das memórias, funcionando como testemunhos do passado que garantem a continuidade histórica. O autor enfatiza a importância dos documentos escritos, mas

também reconhece outras formas de registro histórico, como narrativas orais e monumentos.

Complementando essa perspectiva, Jardim (1995) enfatiza que os arquivos representam, sobretudo, a memória das organizações, sociedades e instituições, destacando sua importância na preservação da identidade coletiva e institucional. Porto (2013, p. 15), por outro lado, contribui para o entendimento de que a escrita impulsionou significativamente o surgimento dos arquivos, proporcionando uma maior consciência sobre a importância de preservar registros históricos essenciais à memória coletiva.

Complementando essa ideia, Jardim (1995) destaca que os arquivos constituem espaços fundamentais para a memória de organizações e coletividades, enfatizando o papel arquivístico na construção e manutenção dessa memória coletiva. Por outro lado, Porto (2013) reforça que a escrita impulsionou significativamente a criação e valorização dos arquivos ao conscientizar sobre a importância da preservação documental como suporte essencial da memória humana.

No debate sobre a importância dos documentos escritos para a construção da memória, Carli (2013) sustenta que documentos históricos são instrumentos indispensáveis para a reconstrução e compreensão do passado, permitindo que historiadores recuperem a memória coletiva de forma científica e fundamentada. Contrariamente, Le Goff (2013) argumenta que a história não depende exclusivamente de documentos escritos, afirmando que narrativas orais e tradições também têm papel significativo na preservação da memória, ampliando as possibilidades do trabalho historiográfico.

Carli (2013) contribui salientando que documentos históricos são fundamentais para a reconstrução do passado e recuperação da memória coletiva, sendo imprescindíveis para os historiadores. Contudo, Le Goff (2013) diverge parcialmente ao considerar que a memória também pode existir e ser recuperada sem o documento escrito, ressaltando a importância das tradições orais e culturais.

Bellotto (2002, p. 19) introduz um entendimento mais formal e prático ao definir arquivo como uma acumulação ordenada de documentos produzidos por uma instituição ou pessoa durante suas atividades, preservados por razões legais, políticas e culturais. Esse conceito reforça a importância do arquivo não apenas como um espaço de memória histórica, mas também como meio de assegurar conformidade e transparência das ações institucionais ou pessoais.

Bellotto (2002) introduz uma perspectiva mais prática, definindo arquivo como uma acumulação ordenada de documentos que registram ações institucionais ou pessoais com finalidades legais, políticas ou culturais. Heymann (2012) complementa essa visão, ressaltando a necessidade de desmistificar o arquivo, valorizando não só os espaços de arquivamento, mas também os indivíduos que produzem e acumulam documentos.

Ampliando a reflexão sobre o papel social dos arquivos, Heymann (2012) argumenta que a valorização dos registros documentais gera a multiplicação e especialização dos espaços de arquivamento, fortalecendo uma relação mais ampla e dinâmica entre a sociedade e os arquivos. Segundo este autor, os arquivos passam a ser vistos como espaços ativos de produção e valorização da memória coletiva, envolvendo não só as instituições arquivísticas, mas também os produtores e acumuladores individuais de documentos, levando à desmistificação dos arquivos.

Reforçando a interdependência entre arquivos e memória, Jardim (1995, p. 4) destaca que desde a antiguidade, a necessidade humana de conservar memória se manifesta inicialmente em formas orais e posteriormente em formas documentais. Essa perspectiva histórica enriquece a compreensão sobre como os arquivos evoluíram para se tornarem fundamentais na preservação das memórias coletivas e institucionais.

No contexto específico de Moçambique, o conceito moderno de arquivo, segundo o Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE, 2018, p. 5), é definido como um conjunto de documentos acumulados e conservados devido ao seu valor para pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, para referência, prova ou pesquisa. Esta

definição oficial evidencia a centralidade dos arquivos na preservação da memória histórica e institucional, além de destacar a importância prática dos documentos na administração pública.

Nharreluga (2014, p. 236) acrescenta que a gestão de documentos no contexto dos arquivos públicos envolve desafios inerentes às estruturas administrativas e funcionais, sugerindo uma relação profunda entre a organização administrativa e o funcionamento eficaz das instituições arquivísticas. Este autor reforça a importância da gestão documental, especialmente através da teoria das três idades (corrente, intermediária e permanente), na redução do tempo de busca e recuperação dos documentos.

Paes (2004) contribui enfatizando que os arquivos vão além de um simples serviço organizado; eles representam a memória viva das instituições, assegurando provas das atividades realizadas e preservando experiências anteriores. Em linha semelhante, Bellotto (2002, p. 7-8) afirma que os documentos arquivísticos são testemunhos inequívocos das atividades institucionais, comprovando competências, atribuições e operações ao longo do tempo.

Em síntese, os diferentes autores apresentam visões complementares sobre o papel dos arquivos na construção da memória coletiva e institucional. Embora haja concordância sobre a importância central dos arquivos para preservar a memória e identidade, existem nuances significativas sobre as formas e suportes que constituem essa memória. A divergência sobre a centralidade dos documentos escritos versus tradições orais e narrativas culturais enriquece o debate, oferecendo perspectivas diversas e complementares. Essas ideias informam a presente pesquisa ao fornecerem uma base sólida para entender os desafios práticos e teóricos enfrentados pelo Arquivo Histórico de Moçambique na sua missão de preservação documental e construção da memória coletiva e institucional. Em resumo, esses autores convergem na compreensão de que arquivos são indispensáveis para a preservação da memória coletiva, apesar das diferentes abordagens quanto à forma e ao suporte das informações preservadas.

2.2 Instituições Arquivísticas

A gênese das instituições arquivísticas remonta à Revolução Francesa de 1789, momento marcante na história da administração pública e da arquivística moderna. Gomes (2014) destaca que foi a partir da criação do Arquivo Nacional da França, durante esse período, que o Estado passou a assumir explicitamente a responsabilidade pela construção da memória nacional e pela gestão dos arquivos públicos, centralizando documentos fundamentais para o registro histórico.

Como se percebe, Gomes (2014) e Couture & Rousseau (1998) destacam a Revolução Francesa (1789) como um marco crucial para o estabelecimento das instituições arquivísticas modernas, reconhecendo oficialmente o papel do Estado na preservação documental e na garantia do acesso público à informação.

Couture e Rousseau (1998) complementam essa visão ao ressaltar que a Revolução Francesa reconheceu oficialmente a importância da conservação e do acesso aos documentos arquivísticos como uma missão governamental essencial. Porto (2013, p. 19), reforçando a relevância histórica desse momento, considera que a Revolução Francesa abriu caminho para a contemporaneidade, particularmente no que concerne à abertura pública dos arquivos, estabelecendo um novo paradigma em relação à transparência e acessibilidade da informação arquivística.

Fonseca (1998 apud Júnior, 2022, p. 102) enfatiza que a noção de arquivo como instituição pública surgiu diretamente do contexto revolucionário francês, marcado pela criação do Archives Nationales em 1794. O autor afirma que este modelo pioneiro baseava-se em três premissas fundamentais: centralização administrativa dos documentos públicos, responsabilidade estatal pela preservação do patrimônio arquivístico nacional e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos. Este modelo influenciou significativamente a criação de instituições arquivísticas em outros países, incluindo os Estados Unidos, com o Archives National (1934), e o Brasil, com o Arquivo Público do Império (1838), hoje Arquivo Nacional.

Em consonância com essa visão, Gomes (2014, p. 28) reforça a ideia da centralização dos arquivos nacionais como uma característica essencial da instituição arquivística pública, ressaltando o papel estratégico que tais instituições desempenham na formação da memória nacional através da concentração documental. Por outro lado, Silva (2008) destaca que esta centralização dos arquivos é crucial para subsidiar a construção de uma memória nacional coesa e integrada.

Contudo, enquanto Silva (2008, p. 139) reconhece a relevância do modelo francês de instituição arquivística para pesquisa histórica e preservação documental, ele também chama atenção para a importância da abordagem integrada e do respeito à totalidade de cada arquivo. Esta visão sugere que uma instituição arquivística eficaz deve equilibrar objetivos históricos, administrativos e culturais, garantindo a preservação integral e a acessibilidade dos documentos.

Como se entende, Silva (2008) e Júnior (2022) concordam ao afirmar que esse modelo francês, baseado em centralização administrativa e responsabilidade estatal, influenciou significativamente a criação de instituições arquivísticas em vários países, incluindo Estados Unidos e Brasil.

Jardim (2011 apud Nharreluga, 2021, p. 133) expande o conceito de instituição arquivística ao defini-la como órgão responsável pela gestão, recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública em seus diversos níveis organizacionais. Rodrigues (2006, p. 103) acrescenta que tais instituições são essenciais para apoiar pesquisas históricas, assegurando a conservação e o acesso aos documentos públicos considerados de valor histórico e cultural.

No contexto moçambicano, Nharreluga (2014, p. 236) identifica que a concepção dos arquivos públicos enfrenta desafios específicos relacionados à estrutura administrativa da administração pública. Este autor ressalta a necessidade de articular eficazmente as funções de gestão administrativa com as funções arquivísticas, destacando uma

interdependência que nem sempre é adequadamente reconhecida pelas políticas públicas vigentes.

Ainda segundo Nharreluga (2014, p. 19), o desenvolvimento institucional do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) está profundamente ligado ao contexto histórico e político do país, desde o período colonial até a pós-independência, destacando-se como testemunho das ações governamentais ao longo do tempo. A institucionalização dos arquivos em Moçambique reflete, portanto, uma contínua evolução influenciada tanto por fatores internos quanto por transformações técnicas e científicas globais (Pereira & Silva, 2019, p. 1).

Finalmente, é importante mencionar que, apesar de avanços significativos, como a criação do Sistema Nacional de Arquivos (Decreto 33/92, de 26 de Outubro, e Decreto 36/2007, de 27 de Agosto), ainda existem lacunas importantes quanto à institucionalização plena dos arquivos, particularmente em relação à adequação às divisões administrativas do Estado moçambicano (Decreto 84/2018, de 26 de Dezembro).

Denota-se que Rodrigues (2006) acrescenta que instituições arquivísticas públicas têm como missão principal apoiar a pesquisa e garantir a preservação dos documentos históricos. Nharreluga (2014), por outro lado, enfatiza que em Moçambique a institucionalização dos arquivos públicos está diretamente ligada à estrutura político-administrativa do Estado, com desafios específicos ligados à centralização administrativa herdada do período colonial.

Em síntese, a literatura apresentada evidencia pontos convergentes sobre a importância da centralização administrativa, responsabilidade estatal e acessibilidade pública aos arquivos como aspectos fundamentais para a efetiva construção da memória institucional. Entretanto, há diferenças significativas quanto às abordagens práticas e conceituais adotadas para alcançar esses objetivos. Estas diversas perspectivas enriquecem o entendimento sobre o papel das instituições arquivísticas,

destacando a necessidade contínua de evolução das políticas públicas e práticas arquivísticas para garantir uma preservação documental eficiente. As ideias discutidas aqui informam diretamente a pesquisa realizada, proporcionando uma base teórica sólida para analisar os desafios específicos enfrentados pelo Arquivo Histórico de Moçambique e sugerir melhorias estruturais e políticas concretas para a gestão e preservação documental no país.

2.3 Preservação Documental

A preservação documental constitui um elemento central na manutenção da memória nacional e institucional, sendo abordada por diversos autores sob perspectivas que contribuem significativamente para a compreensão da temática. Gutierrez (2017, p.67) destaca que o interesse pela preservação da memória nacional estava presente desde a década de 1990, porém, frequentemente disperso por iniciativas isoladas e pouco consistentes. O autor aponta a ausência de políticas contínuas e estruturadas como um fator determinante para a fragilidade na preservação dos acervos documentais, comprometendo assim o acesso e uso futuro dessas informações.

Como se nota, Gutierrez (2017) relaciona diretamente a preservação documental com a necessidade de manter viva a memória nacional e institucional, destacando que esta preservação não é apenas física, mas também cultural e social. Silva (2012) complementa definindo preservação como um conjunto de ações para garantir a integridade dos bens culturais.

Silva (2012, p.23) reforça a importância da preservação ao enfatizar que seu objetivo principal não se limita à conservação física dos documentos, mas inclui ações que garantem a integridade e perenidade dos bens culturais. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre preservação documental ao conectar diretamente as atividades preservacionistas com a valorização da memória coletiva e institucional, contribuindo assim para o fortalecimento do exercício da cidadania.

No contexto das unidades de informação, Ribeiro (2014) defende que as políticas de preservação documental devem ser sistemáticas e organizadas, englobando avaliação, conservação, tratamento técnico e disseminação da informação. Manini e Marques (2007 apud Ribeiro, 2014, p.23) complementam essa visão ao definir unidades de informação como organizações essenciais para a preservação e gestão informacional, abrangendo arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Essas unidades são fundamentais por garantirem o acesso contínuo e sustentável aos documentos, que constituem fontes essenciais para pesquisa e desenvolvimento cultural e científico.

Por outro lado, Gutierrez (2017) argumenta que, apesar da importância dessas políticas sistemáticas, muitas vezes elas são interrompidas devido às constantes mudanças administrativas e políticas, resultando em perdas significativas do patrimônio documental histórico. Essa descontinuidade compromete gravemente a integridade dos documentos, especialmente devido à sua transferência frequente e inadequada entre locais de armazenamento, aumentando sua vulnerabilidade à deterioração.

Neste contexto, a conservação preventiva emerge como prática essencial para assegurar a integridade física dos documentos. Conforme Unesco (2002 apud Gutierrez, 2017, p.68), a conservação caracteriza-se por intervenções mínimas destinadas a prevenir deterioração adicional dos documentos. Zuniga (2005 apud Gutierrez, 2017, p.68) complementa essa ideia ao destacar que a conservação preventiva amplia o foco tradicional dos arquivistas e bibliotecários, exigindo uma abordagem integrada e técnicas gerenciais que envolvem toda a instituição na proteção documental.

Cassares (2000, p.13) contribui significativamente ao definir preservação como um conjunto estratégico de ações administrativas, políticas e operacionais voltadas para assegurar a integridade dos materiais arquivísticos. Essa definição sublinha o caráter integral e sistemático da preservação documental como atividade estratégica fundamental para instituições arquivísticas, proporcionando bases seguras para a compreensão histórica e sustentação de decisões institucionais.

Desta forma, Cassares (2000) amplia essa discussão, apontando a preservação como uma estratégia administrativa, política e operacional crucial para salvaguardar documentos históricos, evitando perdas informacionais significativas. Ribeiro (2014) concorda ao enfatizar a necessidade de políticas sistemáticas de preservação em unidades de informação para garantir o acesso das futuras gerações à memória institucional.

Rodrigues (2006) destaca ainda que a preservação e conservação devem ser incorporadas aos programas de gestão institucional, estabelecendo uma conexão direta entre gestão documental e memória institucional. Marcial e Vieira (2020) ampliam esta compreensão ao indicar que a memória institucional inclui atributos históricos, relacionais e contextuais das organizações, sendo os documentos preservados ferramentas essenciais para preservar e disseminar essa memória.

Finalmente, Pembele et al. (2020, p.24) distinguem claramente preservação e conservação, destacando que, embora relacionadas, possuem diferentes enfoques práticos: a conservação implica intervenções técnicas diretas para reduzir deterioração, enquanto a preservação envolve políticas e diretrizes preventivas mais amplas. Conti (1992) complementa ao enfatizar que a preservação compreende diversas atividades como acondicionamento e restauração dos documentos, garantindo sua integridade para uso futuro.

Ribeiro (2014), com apoio em Ferreira (2006 apud Ribeiro, 2014, p.22), reforça a relevância da preservação documental como um meio para assegurar às gerações futuras o acesso às informações históricas e culturais, afirmando o papel crucial desempenhado por museus, bibliotecas e arquivos na manutenção do patrimônio documental.

Em síntese, os autores mencionados apresentam perspectivas complementares sobre preservação documental, enfatizando tanto aspectos práticos e técnicos quanto políticos e administrativos. Essas perspectivas convergem na compreensão de que a

preservação documental é fundamental para o fortalecimento da memória institucional e nacional, enquanto divergem quanto aos métodos e níveis de intervenção técnica e administrativa requeridos. A articulação dessas ideias fundamenta a presente pesquisa ao proporcionar um quadro conceitual robusto para avaliar as políticas e práticas de preservação documental do Arquivo Histórico de Moçambique, identificando pontos críticos e oportunidades para aprimorar sua atuação na preservação da memória coletiva e institucional.

Esses autores apresentam uma visão convergente sobre a importância estratégica da preservação documental, destacando também desafios práticos como a necessidade de políticas claras e contínuas para prevenir a deterioração de documentos.

2.4 Memória Coletiva

A construção da memória dentro da ciência da informação está fortemente associada à identidade cultural e histórica de um povo, sendo materializada por meio de registros documentais em diferentes suportes informacionais. Chauí (2000 apud Carli, 2013, p.184) defende que preservar esses registros é essencial para manter vivas a história e a identidade nacional, destacando o patrimônio cultural documental como meio fundamental para garantir a continuidade histórica de um país.

Complementando essa visão, Le Goff (1990, p.423) contribui significativamente ao conceber a memória como uma função psíquica essencial que permite ao ser humano recuperar informações passadas, essenciais para a percepção histórica. Ele ressalta que, mesmo em sociedades sem escrita, a memória coletiva estrutura-se em torno de elementos como idade coletiva, prestígio familiar e saber técnico, destacando como a introdução da escrita transformou profundamente a memória coletiva, estabelecendo novas formas documentais e possibilitando avanços importantes na ciência histórica através da epigrafia.

Nota-se assim que Le Goff (1990) introduz o conceito de memória coletiva como algo profundamente ligado à percepção histórica e à identidade de um grupo social. Halbwachs, citado por Gutierrez (2017), complementa afirmando que a memória coletiva fortalece a identidade social e cultural através do compartilhamento e interação contínua dos indivíduos.

Silva (2012) concorda com Le Goff ao reconhecer que a escrita introduziu uma memória autônoma, capaz de transcender os limites individuais, garantindo uma transmissão estável e duradoura das informações. A escrita, e posteriormente a imprensa, possibilitaram que as ideias fossem disseminadas de maneira mais eficiente e estável do que as tradicionais formas orais.

Nota-se aqui que, Silva (2015) expande essa visão ao afirmar que a memória institucional é uma forma específica de memória coletiva, abrangendo histórias, identidades e trajetórias institucionais. Marcial & Vieira (2020) reforçam essa ideia, destacando a importância do profissional da informação na gestão e preservação dessa memória institucional, especialmente diante do crescimento exponencial de documentos devido aos avanços tecnológicos.

Em paralelo, Carli (2013, p.183) acrescenta que a memória coletiva está profundamente associada ao local físico de guarda de documentos, permitindo a reconstrução do passado por meio de documentos históricos. Esse autor sustenta que a memória documental oferece uma base sólida para reinterpretar e entender os eventos históricos, contribuindo diretamente para a compreensão social e histórica contemporânea.

Já Gutierrez (2017), apoiado nas teorias de Halbwachs, enfatiza que a memória coletiva depende do sentimento de pertencimento social, fortalecendo-se pelo compartilhamento de experiências dentro de um grupo. Esta abordagem ressalta a dimensão social da memória, evidenciando que ela é construída coletivamente e sustentada por processos sociais e comunicativos contínuos.

Silva (2015) expande a discussão ao introduzir a noção de memória institucional, destacando que essa forma específica de memória envolve elementos como histórico institucional, identidade, formação, relações sociais e gestão da informação. Ribeiro (2014) contribui com a discussão, indicando que a memória institucional possui uma função formalizadora, delimitando regras fundamentais para a identidade e continuidade organizacional, diferenciando-se da memória organizacional, que é mais dinâmica e orientada por estratégias de mudança (Rueda Freitas e Vall, 2011 apud Ribeiro, 2014, p.19).

Candau (2014), por outro lado, alerta sobre o risco do esquecimento, destacando que a preservação documental é fundamental para evitar a perda da identidade histórica e cultural. Em concordância, Silva (2019, p.22) destaca que o risco de esquecimento reforça a importância da criação de "lugares de memória", onde o patrimônio material e simbólico é protegido e difundido para garantir sua longevidade.

No entanto, em contraste, Candau (2014) alerta para os riscos do esquecimento, reforçando a importância ativa da preservação documental para evitar a perda de identidade e memória histórica. Ribeiro (2014) também enfatiza essa responsabilidade, destacando a importância estratégica dos arquivos, museus e bibliotecas na preservação da memória coletiva e institucional.

Nharreluga (2014) introduz uma visão crítica ao apontar que, em Moçambique, o conceito de memória ainda é pouco integrado às ações governamentais, dificultando a implementação de políticas eficazes de memória institucional. Apesar disso, o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) emerge como a principal instituição arquivística responsável por preservar e fomentar a memória coletiva e institucional do país.

Marcial e Vieira (2020, p.153), seguindo as reflexões de Silva (2015), enfatizam o papel fundamental do profissional da informação na gestão da memória institucional, especialmente frente ao aumento exponencial da produção documental impulsionada

pelos avanços tecnológicos. Esse contexto implica desafios significativos na organização, preservação e recuperação da informação histórica e institucional.

Ribeiro (2014, p.20) complementa, destacando que as instituições têm adotado novas práticas de preservação de memória, adaptando-se às transformações sociais e tecnológicas, criando espaços específicos para armazenamento e uso eficiente das informações documentais como forma de preservar sua memória institucional.

Em síntese, os diferentes autores citados oferecem perspectivas que convergem na importância central da preservação documental para a construção e manutenção da memória coletiva e institucional. Embora haja diferenças nas abordagens específicas— desde o enfoque social e psicológico de Le Goff e Gutierrez, passando pela abordagem histórica e documental de Carli e Silva, até a crítica institucional de Nharreluga—todas contribuem para uma compreensão mais profunda e complexa do papel essencial dos arquivos e da gestão documental na construção da memória. Essas ideias informam diretamente esta pesquisa, proporcionando um arcabouço conceitual sólido para investigar como o Arquivo Histórico de Moçambique atua diante dos desafios de preservar a memória coletiva e institucional, oferecendo subsídios importantes para políticas públicas e práticas arquivísticas mais eficazes no país.

Essas diferentes abordagens enriquecem o entendimento da memória coletiva e institucional, ressaltando tanto suas dimensões culturais e sociais quanto seus desafios práticos de preservação em ambientes institucionais.

.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi selecionada cuidadosamente com base nos objetivos traçados e na questão de pesquisa delineada. Conforme Sousa e Baptista (2011), a metodologia representa uma estratégia essencial que orienta a escolha das técnicas adequadas para coleta e análise dos dados, contribuindo significativamente para o alcance dos objetivos e resolução do problema de pesquisa. Marconi e Lakatos (2003, p.106) complementam, destacando que as técnicas, devido à sua abrangência prática e rigor metodológico, são fundamentais para um estudo científico consistente.

3.1 Quanto à abordagem

Esta investigação fundamenta-se numa abordagem qualitativa, escolhida especificamente devido à natureza do objeto estudado, que envolve a compreensão detalhada e profunda das dinâmicas internas do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) na preservação documental e construção da memória coletiva. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.31), a pesquisa qualitativa é adequada para estudos que não buscam representatividade numérica, mas sim, um entendimento profundo das realidades sociais e organizacionais, favorecendo o aprofundamento interpretativo e a percepção de contextos e significados.

3.2 Quanto ao tipo de pesquisa

Em relação ao tipo, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória é ideal para proporcionar maior familiaridade com o tema e identificar claramente o problema estudado, possibilitando futuras investigações mais aprofundadas. Já a dimensão

descritiva foi fundamental para registrar, analisar e interpretar a situação atual da preservação documental no Arquivo Histórico de Moçambique, detalhando seu contexto organizacional e operacional. Assim, a pesquisa exploratória- descritiva auxilia não só na compreensão inicial do fenômeno estudado, mas também no esclarecimento e aprimoramento de conceitos e teorias relacionadas.

3.3 Quanto aos procedimentos

Os procedimentos adotados na pesquisa envolvem técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consistiu na revisão sistemática de livros, artigos científicos e publicações eletrônicas relacionados diretamente ao tema central da investigação. Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica permite um entendimento aprofundado sobre as contribuições teóricas existentes, facilitando a construção de um sólido referencial teórico que fundamenta o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa documental envolveu a análise de fontes primárias oficiais, como diplomas legais, resoluções, decretos e boletins informativos, essenciais para entender a evolução histórica, institucional e funcional do Arquivo Histórico de Moçambique. Gil (2008) destaca a relevância da pesquisa documental para estudos que investigam fenômenos históricos e administrativos, proporcionando informações precisas e detalhadas sobre os processos institucionais, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos específicos deste trabalho.

3.4 Quanto ao método de coleta de dados

Para coleta de dados primários, optou-se pelo método da entrevista semiestruturada aplicada diretamente ao Departamento de Arquivos Permanentes (DAP) do Arquivo Histórico de Moçambique. Este método possibilitou obter informações detalhadas e aprofundadas sobre questões específicas relacionadas à preservação documental e construção da memória coletiva no contexto institucional do AHM. Segundo Gil (2008), entrevistas semiestruturadas são especialmente eficazes, pois permitem flexibilidade, aprofundamento e interação direta com o entrevistado, enriquecendo significativamente os dados coletados.

Foi entrevistado um técnico da instituição, o Senhor Rogério Sebastião Chidodze, Chefe da Repartição de Conservação e Restauro, após autorização formal solicitada pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane. O roteiro da entrevista foi desenvolvido com questões abertas que permitiram explorar profundamente os temas centrais e obter informações adicionais relevantes ao entendimento do cenário pesquisado.

3.5 Quanto ao método de análise de dados

A análise dos dados coletados nesta pesquisa seguiu a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016), é especialmente adequada para extrair significados e insights aprofundados dos dados qualitativos. Esta técnica envolve a categorização e interpretação das respostas obtidas nas entrevistas, estabelecendo conexões diretas com o quadro teórico previamente definido. A análise possibilitou integrar consistentemente os dados empíricos ao referencial teórico, contribuindo para responder com clareza à questão central do estudo e alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, os resultados obtidos oferecem soluções concretas e embasadas para a melhoria das práticas de preservação documental no Arquivo Histórico de Moçambique.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO

Este capítulo apresenta e analisa detalhadamente os resultados obtidos através do estudo de caso realizado no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM). A análise fundamenta-se nas informações coletadas por meio da pesquisa documental e da entrevista semiestruturada conduzida com profissional-chave da instituição. Os dados aqui discutidos estão organizados em seções específicas, correspondendo aos objetivos e problemas previamente estabelecidos na investigação, permitindo uma compreensão aprofundada das práticas e desafios relacionados à preservação documental e à construção da memória coletiva e institucional. A discussão dos resultados foi feita em estreito diálogo com a literatura revisada, garantindo uma análise consistente, coerente e metodologicamente fundamentada.

4.1 Preservação e Memória como Elementos de Relação, tendo em conta o Processo Evolutivo do AHM

O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) constitui uma instituição arquivística com funções essenciais na preservação da memória nacional e institucional. Segundo Nharreluga (2014, p. 20), o AHM configura-se como uma entidade inserida na estrutura político-administrativa do Estado, cujo surgimento, por meio da Portaria nº 2.267 de 1934, visava a organização de acervos documentais até então dispersos e a constituição de uma coleção bibliográfica centralizada sobre Moçambique. Inicialmente subordinado à Repartição Técnica de Estatística, o AHM desempenhou um papel crucial na centralização e preservação das informações relacionadas à história moçambicana.

Omar (2021, p. 71) complementa essa visão, explicando que o AHM desde o início agregava documentos variados relacionados à Província Ultramarina de Moçambique, incluindo informações sobre populações, culturas locais, e instituições coloniais. Assim, desde sua criação, o AHM estabeleceu uma forte associação com a preservação da memória escrita e institucional, aspecto corroborado pelo Diploma Legislativo nº 635 de 23 de março, que ampliou suas atribuições, associando-o formalmente ao governo colonial como instrumento de preservação histórica e administrativa.

Os resultados desta pesquisa indicam que, durante o período colonial, o AHM refletia claramente um caráter historicista. Tal orientação foi decorrente das políticas coloniais, que o posicionaram simultaneamente como órgão preservador da memória escrita e arquivo administrativo do governo colonial. Essa dupla função criou uma base sólida para que a instituição desempenhasse futuramente papéis mais abrangentes na gestão documental e preservação da memória nacional (Nharreluga, 2014).

Atualmente, o papel do AHM tem se expandido para atender a demandas mais complexas relacionadas à gestão arquivística e à preservação da memória nacional. Conforme enfatizado pelo entrevistado Rogério Chidodze, chefe da Repartição de Conservação e Restauro, é evidente que existe uma necessidade significativa de investimento governamental no setor, destacando-se a dificuldade em priorizar ações de preservação documental frente a outras áreas consideradas mais urgentes. Essa constatação está alinhada com as considerações de Gutierrez (2017), que alerta para a fragilidade das políticas de preservação diante de constantes mudanças administrativas e falta de priorização.

A análise da entrevista reforça que ações de preservação e conservação documental são cruciais para a construção da memória coletiva, ao garantir não só o aumento da vida útil dos documentos, mas também o acesso contínuo à informação histórica. Como apontado por Carli (2013), a memória coletiva é fortemente dependente da história escrita, cujo acesso é facilitado e mantido pelos arquivos. Esta visão é corroborada pelo papel que o AHM historicamente desempenha na preservação documental e na disponibilização desses registros às gerações futuras.

No campo prático, os dados revelam que o AHM tem implementado diversas medidas de conservação preventiva, incluindo reorganização do acervo, melhoria das condições físicas do espaço, avaliações periódicas do estado dos documentos e estratégias específicas para armazenamento, transporte e restauro documental. Essa atuação está alinhada com o entendimento de Cassares (2000), que define a preservação como conjunto de ações estratégicas necessárias para garantir a integridade física e informacional dos documentos arquivísticos.

No entanto, apesar dos esforços identificados, constatou-se uma limitação significativa relacionada à aquisição de materiais apropriados para preservação. Segundo o entrevistado, o AHM enfrenta restrições administrativas e financeiras devido à sua vinculação institucional à Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que, apesar das vantagens iniciais previstas por Costa (1994) em termos de infraestrutura de pesquisa, acaba restringindo a autonomia operacional e orçamental da instituição. Este ponto corrobora com as críticas de Nharreluga (2014), segundo o qual a dependência administrativa limita a capacidade de ação efetiva dos arquivos públicos moçambicanos.

A pesquisa também identificou que, na perspectiva da memória coletiva, o AHM desenvolve instrumentos específicos de pesquisa, como inventários e projetos de recolha de fontes orais, facilitando a recuperação rápida e precisa das informações históricas. Como destacado por Cabsela e Silva (2023, p.10), desde 1980 o AHM realiza a coleta sistemática de fontes orais, que servem como complemento essencial às fontes documentais escritas, permitindo uma reconstrução histórica mais completa e diversificada.

Em síntese, os resultados desta investigação destacam que o AHM desempenha papel vital na construção e preservação da memória coletiva e institucional de Moçambique, embora enfrente desafios consideráveis relacionados à falta de recursos financeiros e autonomia administrativa. Esses resultados corroboram as perspectivas teóricas discutidas por autores como Gutierrez (2017), Cassares (2000), Carli (2013) e Nharreluga (2014), reforçando a necessidade urgente de implementação de políticas públicas mais efetivas e contínuas de preservação documental, essenciais para o fortalecimento da memória nacional e institucional.

4.2 Estado de preservação do acervo arquivístico patente no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

O estado atual de preservação do acervo arquivístico do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) apresenta desafios significativos que decorrem principalmente da ausência de uma política nacional sistemática e coerente para a preservação documental. Ribeiro (2014) salienta que políticas sistemáticas e continuadas são fundamentais para garantir uma efetiva gestão e conservação documental. No entanto, segundo os dados obtidos nesta pesquisa empírica, tal política permanece inexistente no contexto moçambicano, o que dificulta substancialmente a implementação de estratégias eficazes e a longo prazo.

Conforme apontado pelo entrevistado, atualmente, as estratégias aplicadas pelo AHM são de natureza pontual e orientam-se principalmente pela utilização de métodos e técnicas básicas de conservação preventiva, envolvendo equipamentos específicos como mesas de higienização, aspiradores para limpeza, estantes metálicas, termohigrômetros para controle de temperatura e umidade, e luxímetros para controle da intensidade luminosa. Essa abordagem está alinhada às recomendações do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) sobre condições ambientais e métodos adequados para a preservação documental.

É importante ressaltar, conforme destacado por Silva (2019, p. 22), que a ameaça do esquecimento impulsiona iniciativas voltadas à preservação documental, criando e revitalizando espaços conhecidos como “lugares de memória”. Essa conscientização é fundamental não apenas para assegurar a proteção física dos documentos, mas também para sensibilizar os funcionários sobre a importância estratégica da conservação documental na construção da memória coletiva e institucional.

Na mesma linha, Candau (2014) reforça que a memória precisa ser constantemente estimulada para evitar o esquecimento total, condição que tornaria tanto indivíduos quanto grupos sociais empobrecidos culturalmente. Assim, o AHM precisa intensificar ações de conscientização e formação contínua dos seus funcionários, garantindo que as informações históricas preservadas não apenas sejam mantidas fisicamente intactas, mas também possam ser efetivamente recuperadas e utilizadas no futuro.

Nesse sentido, os dados empíricos revelam que uma das práticas recomendadas é manter o ambiente dos depósitos documentais com temperaturas controladas entre 24 e 26 graus Celsius e níveis adequados de umidade relativa. Essa medida,

aliada ao controle regular das condições ambientais, contribui significativamente para a estabilidade e longevidade dos documentos arquivados. Tabela 1 exemplifica as condições ideais recomendadas para a preservação documental, destacando sua importância na manutenção da integridade física dos documentos:

Condições ambientais	Valores ideais recomendados
Temperatura	24°C - 26°C
Umidade relativa	45% - 55%
Luminosidade	Controlada (uso de luxímetro)

Fonte: Dados da pesquisa empírica (2024).

De acordo com Silva (2019), a aplicação adequada dessas condições ambientais não apenas previne a deterioração física dos documentos, mas também facilita o processo pelo qual a informação da memória individual passa a ser gradativamente compartilhada como memória coletiva. Assim, a gestão ambiental dos espaços arquivísticos torna-se uma ação fundamental para a preservação efetiva e contínua do acervo documental.

A pesquisa também revelou a existência, desde o ano 2000, de um esforço específico para reforçar a componente técnica de preservação no AHM com a contratação de um profissional especializado em química para integrar a então criada Repartição de Restauro. Essa iniciativa visou aumentar a longevidade dos documentos e fortalecer a capacidade institucional na preservação documental, contribuindo diretamente para a construção da memória coletiva.

No entanto, mesmo com essa capacitação técnica especializada, observa-se uma tendência geral à instabilidade documental devido à aplicação ainda insuficiente

e fragmentada de métodos abrangentes de conservação preventiva e restauração. A falta de profissionais suficientes e capacitados na área, juntamente com o elevado volume de documentos acumulados nos depósitos, continua sendo um desafio significativo.

A atividade de restauração, embora crucial, deve necessariamente ser acompanhada por outras práticas, como avaliação contínua e conservação preventiva dos documentos. Ferreira (2006 apud Ribeiro, 2014, p.22) corrobora essa visão ao destacar que arquivos, museus e bibliotecas desempenham papéis fundamentais na preservação e longevidade documental, desde que adotem estratégias integradas e sistemáticas para a gestão de seus acervos.

Assim, a principal ilação deste estudo é a necessidade urgente da adoção de uma política nacional clara e sistemática de preservação documental, fortalecida por investimentos adequados em recursos humanos especializados, formação contínua dos profissionais e infraestrutura apropriada, assegurando assim a estabilidade física e informacional dos documentos arquivísticos no AHM. Apenas com esses elementos será possível garantir plenamente a preservação do patrimônio documental moçambicano e, conseqüentemente, uma construção efetiva e duradoura da memória coletiva e institucional.

5.30 Campo de Acção do AHM enquanto Instituição Arquivística na Preservação e Construção da Memória Coletiva

O Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) desempenha um papel crucial enquanto instituição arquivística nacional, responsável pela recolha, gestão e preservação documental, visando a construção da memória coletiva e institucional do país. Contudo, desde o início dos anos 2000, constatou-se que o AHM não tem realizado a recolha sistemática dos documentos produzidos pelas

instituições da Administração Pública, o que compromete significativamente sua missão primordial de preservar e reconstituir a história de Moçambique. Esta situação é preocupante, especialmente tendo em vista que o AHM é a única instituição arquivística com atribuições de âmbito nacional (Nharreluga, 2014).

Uma das causas identificadas para essa lacuna operacional é a ausência de autonomia financeira dos arquivos centrais e provinciais no país, aliada à dupla subordinação administrativa do AHM, tanto à Universidade Eduardo Mondlane (UEM) quanto aos órgãos da Administração Pública. Conforme defende Costa (1994), embora a vinculação do AHM à UEM tivesse por objetivo fortalecer suas condições técnicas e estruturais, esta dupla subordinação administrativa na prática acaba dificultando o exercício pleno das suas funções.

Outro fator relevante identificado na pesquisa é a ausência de infraestruturas adequadas e rotinas arquivísticas eficientes nas instituições produtoras de documentos. Essas deficiências impedem uma avaliação documental adequada, etapa crucial para a recolha e preservação eficiente dos documentos. Esta situação confirma o que Ribeiro (2014) indica ao destacar a necessidade imperativa de políticas sistemáticas e procedimentos claramente definidos para garantir a integridade dos documentos arquivísticos ao longo do tempo.

Neste sentido, destacam-se esforços pontuais realizados pelo AHM para melhorar as condições de preservação documental. Em entrevista, Rogério Chigodze salientou que, em 2010, o AHM realizou um diagnóstico completo sobre o estado do seu acervo e infraestrutura física, conduzido por um especialista do Arquivo Nacional do Brasil. Essa iniciativa resultou em importantes recomendações para treinamento e capacitação contínua dos funcionários, principalmente em técnicas de conservação preventiva. Em 2011, por exemplo, dois técnicos foram enviados ao Brasil para treinamento

especializado, refletindo um reconhecimento institucional sobre a importância da formação profissional para a preservação documental.

Esta constatação está alinhada com os apontamentos de Zuniga (2005 apud Gutierrez, 2017), que enfatizam a importância da formação profissional e da gestão integrada na conservação preventiva dos documentos, essencial para a manutenção e preservação da memória coletiva. Conforme relatado pelo entrevistado, o treinamento dos funcionários resulta não apenas em melhoria no manuseio dos documentos, mas também na adoção de práticas específicas, como evitar a superlotação das pastas, medida que diretamente influencia a preservação documental.

A gestão documental, sustentada pela teoria das três idades (corrente, intermediária e permanente), também foi destacada como essencial para garantir a organização e recuperação eficaz da informação, evitando superlotação e facilitando o processo de preservação. Este conceito está diretamente relacionado às diretrizes defendidas por Silva (2015), que considera imprescindível a implementação efetiva de ciclos documentais claros para a preservação eficiente e sustentada.

Em 2015, uma ação concreta para reforçar as práticas de conservação foi a criação e instalação do Laboratório de Conservação e Restauro do AHM, financiado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Este laboratório desempenha atualmente um papel importante, tanto na conservação preventiva quanto no restauro documental, além de contribuir significativamente para a capacitação contínua dos funcionários da Administração Pública em matéria de preservação. O quadro sinóptico abaixo (Quadro 1) ilustra claramente as principais atividades e contribuições desse laboratório:

Quadro 1: Principais Atividades do Laboratório de Conservação e Restauro do AHM

Atividades Principais	Descrição
Conservação preventiva	Avaliação e controle ambiental; higienização; acondicionamento adequado dos documentos
Restauro documental	Intervenções técnicas diretas para recuperar documentos deteriorados
Capacitação profissional	Treinamento em técnicas específicas para preservação documental

Fonte: Dados da pesquisa empírica (2024)

Apesar dessas iniciativas importantes, permanecem grandes desafios estruturais. Chigodze ressaltou que a ausência de um edifício construído especificamente para atender as normas estabelecidas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e a falta de investimentos na digitalização de documentos constituem obstáculos significativos à preservação eficiente do acervo. Esta percepção reforça as recomendações feitas por Cassares (2000), que alerta sobre a necessidade de infraestrutura especializada e políticas claras para assegurar uma preservação documental eficaz e duradoura.

Em síntese, a pesquisa demonstrou que o AHM desempenha papel estratégico fundamental na preservação documental e construção da memória coletiva em Moçambique, mas sua capacidade plena de atuação ainda é limitada por problemas estruturais, administrativos e financeiros. Portanto, torna-se imprescindível uma revisão profunda e abrangente das políticas públicas, maior autonomia administrativa e financeira, e contínuos investimentos em formação

profissional e infraestrutura adequada, para assegurar efetivamente a preservação e transmissão da memória coletiva e institucional moçambicana.

5.3 Estado da Legislação e Política de Preservação de Documentos

O estado atual da legislação e políticas de preservação documental em Moçambique revela um quadro complexo e desafiador. A legislação informacional relacionada aos arquivos passou por várias etapas evolutivas, destacando-se o Sistema Nacional de Arquivos (SNA) estabelecido pelo Decreto nº 33/92 de 1992, posteriormente revogado e substituído pelas versões mais recentes: Decreto nº 36/2007 e Decreto nº 84/2018, conhecidos atualmente como Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE). Contudo, apesar dessa evolução legislativa, persiste uma lacuna significativa, identificada na presente pesquisa, relacionada especificamente à ausência de políticas claras e consistentes para a preservação de documentos na fase permanente.

Durante as entrevistas, constatou-se que, embora exista legislação que aborda a gestão documental em fases corrente e intermediária, não há uma estratégia nacional definida para garantir a preservação de documentos históricos de forma permanente e sistemática. Essa ausência, segundo Nharreluga (2002, p.151), pode ser atribuída ao caráter centralizador do Estado moçambicano, fortemente influenciado pelo contexto histórico colonial e pela revolução, o que acabou limitando profundamente as iniciativas específicas de gestão arquivística e preservação documental.

Esta centralização administrativa foi confirmada pelo entrevistado Rogério Chigodze, ressaltando que, na ausência de políticas nacionais próprias, o AHM frequentemente recorre à adoção de práticas internacionais já consolidadas, com destaque para as experiências adquiridas junto ao Arquivo Nacional do

Brasil. Essa prática é coerente com as recomendações de Cassares (2000), que enfatiza a importância da adoção de referências internacionais na ausência de políticas nacionais bem definidas.

Por outro lado, essa falta de legislação específica em Moçambique tem resultado em uma baixa exploração das boas práticas de preservação pelos órgãos da Administração Pública, levando a um alto risco de perda de documentos e informações essenciais para a construção da memória coletiva e institucional. Essa realidade é agravada pelos impactos das mudanças climáticas, que têm provocado eventos naturais extremos como ciclones e inundações, destruindo muitos arquivos documentais, conforme relatado pelo entrevistado.

Neste contexto, uma solução proposta pelo entrevistado, apoiada também pela literatura especializada (Gutierrez, 2017; Silva, 2019), é a digitalização dos documentos como forma efetiva de garantir a preservação da informação diante das ameaças ambientais. Contudo, os dados empíricos revelam dificuldades financeiras significativas para implementação dessa medida em larga escala, resultando frequentemente na terceirização de serviços de digitalização. A Figura 2 abaixo sintetiza o cenário atual em termos legislativos e os desafios para a preservação documental em Moçambique:

Quadro 2: Cenário Atual e Desafios para a Preservação Documental em Moçambique

Cenário Atual	Desafios e Recomendações
Ausência de política nacional para preservação permanente	Definir claramente uma política nacional específica
Impactos das mudanças climáticas	Promover a digitalização como forma de proteção documental
Baixa autonomia financeira e administrativa	Garantir maior autonomia financeira e administrativa.

Fonte: Elaborado com base nos resultados da pesquisa (2024)

A definição de políticas de acervos institucionais é fundamental para garantir a preservação eficiente e contínua do patrimônio documental arquivístico. Abaixo apresentam-se as recomendações sistematizadas para a formulação dessas políticas com base nos resultados deste estudo:

Controlo na aquisição de coleções:

- As instituições devem elaborar e implementar normas técnicas claras para a aquisição e o acondicionamento de novas coleções documentais.

Material de acondicionamento:

- Considerar a natureza, formato, tamanho e estado de conservação dos documentos;
- Avaliar os fatores internos e externos que podem contribuir para a degradação documental.

Acesso à informação:

- Garantir o direito fundamental de acesso à informação a todos os cidadãos, com as ressalvas estabelecidas por leis e normas institucionais específicas.

Manuseamento, armazenamento e transporte das coleções:

- Documentos devem ser armazenados adequadamente, evitando-se a superlotação das pastas e garantindo a integridade física dos mesmos durante o manuseio e transporte.

Conservação e Restauro:

- Aplicar normas técnicas rigorosas relacionadas ao controle de umidade, temperatura, iluminação e poluição, seguindo padrões internacionais recomendados pelo CIA.

Formação e treinamento profissional:

- Incentivar a formação acadêmica e profissional contínua dentro das instituições arquivísticas para capacitar os profissionais em técnicas modernas de preservação documental.

Controlo e prevenção de desastres:

- As instituições devem estabelecer e implementar planos de gestão de riscos e desastres para proteger seus acervos contra eventos catastróficos, incluindo incêndios, inundações e outras ameaças ambientais.

Gestão Documental:

- Criar e implementar critérios específicos e normas técnicas rigorosas para controlar o fluxo documental, incluindo entrada, saída e deslocamento interno dos documentos, garantindo assim sua preservação e acesso contínuo.

Quadro 3: Síntese das Recomendações para Políticas Institucionais de Preservação Documental

Áreas de atuação	Recomendações principais
Aquisição e condicionamento	Normas claras e específicas para aquisição e acondicionamento
Condições ambientais	Controle rigoroso de temperatura, umidade e iluminação
Formação profissional	Formação e treinamento contínuo em preservação
Gestão de riscos	Implementação de planos de controle e prevenção de desastres
Gestão documental	Critérios e normas técnicas claras para gestão documental

Fonte: Dados da pesquisa empírica (2024)

Em geral, observa-se que a criação de uma política nacional robusta para a preservação documental e a implementação de medidas institucionais específicas são cruciais para assegurar a longevidade e acessibilidade da informação arquivística em Moçambique. Tais medidas garantirão uma contribuição mais efetiva para a construção e manutenção da memória coletiva e institucional do país.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.3 Conclusões

Com base nos resultados obtidos e discutidos ao longo deste estudo, conclui-se que o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) desempenha uma função estratégica essencial para a preservação documental e construção da memória coletiva e institucional no país. Contudo, o desempenho integral das suas funções enfrenta desafios estruturais, administrativos e financeiros que limitam significativamente sua eficácia operacional.

Identificou-se que desde a sua criação, o AHM teve um papel histórico crucial, sendo inicialmente concebido para centralizar documentos administrativos e históricos. Contudo, no contexto atual, sua capacidade plena de preservação documental enfrenta sérias limitações decorrentes da ausência de uma política nacional clara e sistemática de preservação, situação agravada pela falta de autonomia financeira e administrativa, conforme destacado pela literatura e pelos dados empíricos coletados.

Outro aspecto crítico identificado refere-se à ausência de infraestruturas adequadas para a conservação preventiva e restauro documental. Embora existam iniciativas pontuais, como treinamentos específicos e a criação do laboratório de conservação e restauro, ainda é insuficiente para garantir a plena preservação do acervo. O estudo revelou que, apesar da existência de um quadro legislativo que regulamenta a gestão documental nas fases corrente e intermediária, ainda falta uma política e estratégia clara voltada à fase permanente da gestão documental.

Por outro lado, verificou-se que a falta de rotinas arquivísticas eficazes nas instituições produtoras, aliada aos efeitos adversos das mudanças climáticas, representa um risco constante para a integridade física e informacional dos documentos arquivísticos, aumentando o risco de perda documental irreversível.

Por fim, conclui-se que a construção da memória coletiva em Moçambique depende fortemente de ações concretas e sustentáveis no campo da preservação documental. Essas ações devem incluir uma abordagem sistêmica, envolvendo capacitação contínua dos profissionais, investimentos adequados na infraestrutura e definição clara de políticas e procedimentos para assegurar a longevidade e acessibilidade das informações documentais.

6.4 Recomendações

Com base nas conclusões do estudo, recomendam-se as seguintes ações práticas para melhorar a preservação documental e fortalecer a memória coletiva e institucional em Moçambique:

- 6.4.1 Elaboração e implementação de uma política nacional específica e abrangente para preservação documental, que contemple claramente as três fases do ciclo de vida documental (corrente, intermediária e permanente), em conformidade com padrões internacionais estabelecidos pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).
- 6.4.2 Garantir autonomia administrativa e financeira para o Arquivo Histórico de Moçambique, permitindo maior agilidade e eficácia na aquisição de materiais e equipamentos específicos para preservação e restauro documental.

- 6.4.3 Desenvolvimento de infraestrutura especializada, incluindo a construção de um edifício de arquivo específico, projetado conforme normas técnicas internacionais para preservação documental e equipado adequadamente para enfrentar os desafios ambientais atuais, especialmente os impactos das mudanças climáticas.
- 6.4.4 Promover sistematicamente a capacitação e formação contínua dos profissionais de informação e arquivo em técnicas de conservação preventiva e restauro documental, bem como em gestão arquivística, com base em práticas internacionais comprovadas.
- 6.4.5 Implementar projetos amplos e sustentáveis de digitalização documental como estratégia eficaz de mitigação de riscos, especialmente diante de desastres naturais e mudanças climáticas. Recomenda-se estabelecer parcerias institucionais e internacionais para captação de recursos necessários para essa digitalização.
- 6.4.6 Desenvolver e aplicar um plano detalhado e sistemático de gestão documental nas instituições públicas produtoras de documentos, assegurando rotinas eficientes de avaliação, seleção, transferência e recolha documental para o AHM.
- 6.4.7 Criar programas permanentes de sensibilização e conscientização dos funcionários das instituições públicas sobre a importância estratégica da preservação documental para a construção e manutenção da memória coletiva e institucional.
- 6.4.8 Estabelecer rotinas de avaliação e monitoramento contínuo das práticas de preservação, visando garantir que os documentos sejam mantidos sob

condições ambientais controladas, adequadas e que sigam rigorosamente as normas internacionais de conservação preventiva.

A implementação destas recomendações contribuirá significativamente para fortalecer o papel do Arquivo Histórico de Moçambique na preservação documental, assegurando a construção contínua e efetiva da memória coletiva e institucional do país.

7 REFERÊNCIAS

1. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
2. BRASIL. **Arquivo Nacional**. Código de classificação e tabela de temporalidade de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
3. CANDAL, J. **Memória e Identidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
4. CARLI, A. **Memória, história e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2013.
5. CASSARES, N. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.
6. COSTA, T. M. da. **História da criação e evolução dos arquivos públicos moçambicanos**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1994.
7. COUTURE, C.; ROUSSEAU, J.-Y. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
8. FERREIRA, S. M. S. P. **Preservação de acervos culturais**. São Paulo: EDUSP, 2006.
9. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
10. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
11. GOMES, C. **Arquivos Públicos: Legislação e política arquivística**. Lisboa: Colibri, 2014.
12. GUTIERREZ, A. **Preservação documental: políticas e práticas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
13. LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
14. MANINI, M.; MARQUES, A. **Preservação da Informação**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007.
15. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
16. MARCIAL, E. L.; VIEIRA, M. R. **Gestão documental e memória institucional**. São Paulo: Senac, 2020.
17. NHARRELUGA, R. **Arquivos Públicos e Memória Institucional em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2002.

18. NHARRELUGA, R. **Gestão de documentos e arquivos: Uma perspectiva moçambicana**. Maputo: Escolar Editora, 2014.
19. OMAR, T. A. **Documentos e memória em Moçambique**. Maputo: Ndjira, 2021.
20. PEMBELE, J. et al. **Preservação e conservação de documentos de arquivo**. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2020.

21. PEREIRA, A.; SILVA, J. **Instituições arquivísticas e políticas públicas**. Revista Brasileira de Arquivística, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2019.
22. PORTO, M. **Arquivística: conceitos e fundamentos**. Coimbra: Almedina, 2013.
23. RIBEIRO, F. **Preservação documental e memória institucional**. São Paulo: SENAC, 2014.
24. RODRIGUES, A. C. **Gestão documental e arquivística contemporânea**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2006.
25. RUEDA FREITAS, M. A.; VALL, J. **Memória organizacional e institucional**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
26. SILVA, A. **Memória institucional e gestão documental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
27. SILVA, M. L. P. **Gestão de documentos e preservação da memória**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.
28. SILVA, P. J. **Políticas públicas de preservação documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
29. SILVA, R. **Lugares de memória: conceitos e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
30. SOUSA, V. D.; BAPTISTA, C. M. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Lisboa: Lidel, 2011.
31. ZUNIGA, S. **Conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
32. **Legislação**
33. MOÇAMBIQUE. Decreto nº 33/92, de 26 de Outubro. Criação do Sistema Nacional de Arquivos (SNA). Boletim da República, Maputo, 1992.
34. MOÇAMBIQUE. Decreto nº 36/2007, de 27 de Agosto. Criação do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE). Boletim da República, Maputo, 2007.
35. MOÇAMBIQUE. Decreto nº 84/2018, de 26 de Dezembro. Regulamento do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE). Boletim da República, Maputo, 2018.
36. MOÇAMBIQUE. Diploma Legislativo nº 635, de 23 de Março. Administração do Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Oficial da Colónia de Moçambique, Maputo, 1934.

Fontes Primárias e Entrevistas

37. ENTREVISTA com Rogério Sebastião Chidodze, chefe da Repartição de Conservação e Restauro do Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo, 2024. Entrevista concedida ao autor.

38. BOLETIM OFICIAL DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE. Portaria nº
2.267, de 27 de Junho de 1934. Criação do Arquivo Histórico de Moçambique.
Maputo, 1934.

8 ANEXOS

8.3 Instrumentos de Coleta de Dados



Escola de Comunicação e Artes

Departamento de Ciência da Informação

Curso de Licenciatura em Arquivística

GUIÃO DE ENTREVISTA

Tendo em conta o seguinte tema **Papel do Arquivo Histórico de Moçambique na Preservação de Documentos e Construção da Memória Colectiva**, torna-se importante perceber as nuances que permeiam o processo de preservação de documentos e sua relação com a construção da memória colectiva. Nesta vertente elabora-se o presente guião de entrevista direccionada aos funcionários do AHM, com o intuito de estudar como é que o Arquivo Histórico de Moçambique pode aprimorar seu papel na preservação e construção da memória colectiva.

Por sua vez a a possibilidade conservação e preservação da informação, pode contribuir para a construção da memória colectiva (á partir do acesso a informação dos documentos, objectivando avivar a memória).

A memória colectiva de acordo com a literatura incide na produção vivida e oral para a preservação da perspectiva macro institucional, onde pode ser construída através de três (3) dimensões nomeadamente social, de informação e de conhecimento.

Identificação do Entrevistado

Nome: _____

Cargo/Função: _____

I

Preservação e Conservação

1. A preservação e conservação de documentos é importante para assegurar a integridade física dos documentos e proporcionar melhor qualidade no acesso a informação.
2. Que acções o AHM tem desempenhado no âmbito da preservação e conservação da informação?
3. Que políticas existem no campo da preservação e conservação da informação?
4. Que mudanças recomenda-se para o campo da preservação, em termos de temperatura, estruturas ou mecanismos de arquivamento.
5. Quais são os procedimentos a ter em conta para uma boa preservação e conservação de documentos?

II

Memória Colectiva

1. Qual é o estado da preservação do acervo arquivístico e construção da memória colectiva patente no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)?
2. Explique o processo evolutivo do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) no contexto da preservação de documentos e construção da memória colectiva.
3. De que forma a preservação e conservação de documentos favorece a construção da memória colectiva e a organização e tratamento de documentos arquivísticos no AHM?
4. Como é que são aplicados a preservação e conservação de documentos no AHM?

5. Que melhorias trazem a aplicação dos instrumentos de pesquisa para a construção da memória colectiva no AHM?
6. De que forma o profissional de informação pode intervir para a preservação e conservação de documentos e da memória colectiva no AHM?
7. Que melhorias pode se implementar para a preservação e conservação de documentos e da memória colectiva no AHM?
8. A legislação moçambicana da área dos arquivos tem tido efeitos de melhoria na preservação e conservação de documentos e construção da memória colectiva no AHM? De que forma.